



O Preço do Vinho em Portugal na Baixa Idade Média

S é r g i o C a r l o s F e r r e i r a *

Considerações Introdutórias

Em 2007, a defesa da tese de mestrado *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*¹ procurou chamar a atenção para a necessidade de se produzirem estudos sistemáticos sobre esses dois temas-chave da história económica. Com efeito, parecia-nos impossível compatibilizar a escassez de reflexão sobre essas matérias por parte da historiografia portuguesa com o conhecimento integral que esta deve ambicionar obter sobre as sociedades passadas.

Este artigo, baseado no referido trabalho, surge como um novo pequeno contributo no sentido de um melhor enquadramento financeiro da vida do homem medieval. No caso, focando a atenção sobre o preço de um dos principais bens alimentares por este consumido, o vinho. Será nossa intenção abordar não apenas a evolução cronológica do custo desse produto, mas também, dentro do possível, perspectivar, em termos comparativos, as diferenças suscitadas pelo espaço geográfico e pelo tipo de vinho. Ambicionar-se-á, ainda, transmitir uma noção do valor do vinho quando comparado com o preço de outros produtos e pagamento de serviços à época.

1. Obstáculos

O estudo de um tema como os preços medievais arrasta consigo uma série de problemas de difícil resolução. Desde a escassez de produção historiográfica nacional

* Licenciado em História, Mestre em História Medieval e do Renascimento. Doutorando em História Medieval.

¹ FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto [s.n.], 2007. 327 p. Tese de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

à indefinição da metrologia, passando pela dispersão dos registos e pela aridez das questões monetárias, o investigador depara-se, assim, com sucessivos desafios.

1.1. Escassez de produção historiográfica nacional

Se, em outros temas, a historiografia portuguesa começa a esbater as diferenças e, em alguns casos, até a superar as suas congéneres europeias, no caso da história dos preços, a realidade não podia ser mais diferente. Em vez de um esforço de aproximação, a esmagadora maioria dos medievistas persiste em ignorar este tema e, conseqüentemente, acentua o distanciamento. Repetem-se, até à exaustão, certos modelos, cuja utilidade começa a ser problemática, deixando-se praticamente na ignorância questões transversais.

Nada fazia prever este distanciamento com a edição, em 1962, da obra de referência *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*², onde, pela primeira vez no nosso país, um historiador se debruçou, utilizando metodologia específica, sobre o preço de determinado bem na época medieval, no caso, o trigo nos séculos XIV e XV. Com efeito, Oliveira Marques testaria aí as bases metodológicas que, nesse mesmo ano, havia explanado no seu artigo “Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média”³. No entanto, ainda que expostas em dois trabalhos e sob ópticas diferentes (teórica e prática), estas não foram devidamente aproveitadas na proporção da sua importância, não tendo até hoje nascido nenhum projecto de fundo sobre preços medievais portugueses. Não se ignora a importância de alguns contributos⁴, mas, sublinhe-se, nenhuma dessas obras elegeu a história dos preços como o principal objecto de estudo.

1.2. Dispersão e características dos registos

Embora existam algumas séries de preços para as centúrias de Trezentos e Quatrocentos, estas são bastante raras e, só por si, não permitem a realização de estudos que ambicionem ultrapassar a mera análise de um curto período cronológico

² MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Edições Cosmos, 1968.

³ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média”. In *Ensaios de História Medieval Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 17-50.

⁴ Contributos como os de CASTRO, Armando – *A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugália Editora, volumes II, III, IV e IX, 1964-1970; e LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.



ou de um pequeno espaço geográfico. Ora, tal constitui um obstáculo significativo, na medida em que exige uma maior amplitude nos mecanismos de pesquisa e bastante perseverança no sentido da busca de mais um preço, escondido por entre sucessivas páginas ou fólios de uma grande variedade tipológica de registos. Com efeito, rara é a fonte medieval que, à partida, se poderá colocar de lado no estudo destas questões, não sendo permitido ao investigador debruçar-se única e demoradamente sobre um *corpus* documental específico, com todas as vantagens que tal opção permite.

Além da dispersão, não se pode também deixar de apontar as características internas dos registos como um obstáculo duplo a ultrapassar. Primeiro, pelo facto de muitas verbas apresentarem um nível informativo lacunar ou miscelâneo, o que dificulta a sua análise e, por vezes, conduz mesmo à sua exclusão. Partilhamos o testemunho de Iria Gonçalves, aquando do seu estudo sobre as finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV: “Na elaboração do preçário, várias dificuldades surgiram, algumas das quais insuperáveis. Muitas das compras efectuadas pela câmara (...) não puderam figurar, por motivos vários: pagamentos de compras ou serviços diversos apresentados em verba conjunta; compras de produtos sem indicação da quantidade adquirida (...). Todos tiveram, por isso, de ser excluídos”⁵.

Em segundo lugar, pela grande variedade do ponto de vista cronológico, espacial e de proveniência da fonte. Com efeito, é necessário distinguir devidamente verbas relativas a tempos ou espaços distintos, não só pelas óbvias questões metrológicas e monetárias, mas por todo um vasto leque de condicionantes como, por exemplo, a evolução da paisagem, da mesma forma que é preciso ser sensível às particularidades de um preço nascido de tabelamento municipal, contrato particular, despesa de instituição monástica, etc.

1.3. Indefinição da metrologia medieval

O facto de os pesos e medidas medievais não terem coincidido em todo o espaço nacional e de terem sofrido diversas reformas e mutações, ao longo dos séculos XIV e XV, exige um grande cuidado na interpretação dos registos de preços. No entanto, encontra-se longe de ser uma tarefa simples.

⁵ GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLV, 1987, p. 131.

Em primeiro lugar, escasseiam estudos de fundo sobre esta temática, sendo que a maioria dos existentes não esconde algumas debilidades. Repetimos, em 2008, as palavras proferidas por Oliveira Marques em 1962: “Já muitos e variados trabalhos, de maior ou menor erudição, incidiram sobre o sistema ponderal português de épocas passadas, mas continua a faltar o estudo completo, científico, monográfico, que sirva de base segura para o historiador da Economia”⁶.

Em segundo lugar, é recorrente a impossibilidade de se perceber qual a constituição de determinado peso e medida, em virtude de as fontes poucas vezes mencionarem estes nos respectivos conjuntos métricos. Ainda que, em certos casos, se possa especificar essa posição, resta a dúvida acerca de qual a equivalência a atribuir em termos regionais ou locais. Tende-se a adoptar mapas elaborados no século XIX, mas qual o seu grau de fiabilidade? Além de tudo o mais, devemos ter em conta, como lembram Bernard Garnier e Jean-Claude Hocquet, que o “sistema decimal não oferece senão um padrão incómodo para a conversão dos antigos pesos e medidas, porque lhes é estranho por natureza. Ele não foi criado, felizmente, para proporcionar uma conversão. É diferente. É uno, assenta numa abstracção, numa convenção, numa medida extraída de uma natureza geometrizada e tornada universal, enquanto as medidas anteriores eram antropométricas, calculadas a partir dos homens, plurais, multiplicadas até ao infinito pelas maneiras de medir”⁷.

Com efeito, o problema da indefinição dos pesos e medidas apenas será ultrapassado, de forma satisfatória, com um estudo de fundo que cruze o resultado de um levantamento exaustivo do maior número de registos metrológicos medievais com os referidos mapas oitocentistas⁸, estudo que se aguarda já há longos anos.

1.4. Questões monetárias

Afirmar que um almude de vinho valia 30 soldos em 1333, 4 reais de 10 soldos em 1394, 18,5 reais de 3,5 libras em 1407 e 100 reais de 35 libras em 1494 não permite, por si só, qualquer abordagem de teor evolutivo. Ainda que se reduzisse a análise a uma mesma espécie monetária e procurássemos comparar, por exemplo, os preços de 60 reais brancos em 1451 e de 100 reais brancos em 1494, ambos

⁶ MARQUES – “Ideário para uma História...”, p. 37.

⁷ Cit. por DUARTE, Luís Miguel – “Quando as casas se queriam pequenas (espaço e medidas na Idade Média)”. In *Arquitectando espaços: da natureza à Megapólis*. Coord. V. O. Jorge. Porto-Coimbra, 2003, p. 186-187.

⁸ Proposta de Luís Miguel Duarte e com a qual concordamos inteiramente. Vd. DUARTE, Luís Miguel – “Quando as casas...”, p. 186-187.



relativos à cidade do Porto, não se poderia afirmar que o valor do vinho aumentou consideravelmente nesse intervalo cronológico. O processo de desvalorização da moeda pode, inclusive, transformar uma aparente vigorosa inflação numa real deflação de preço, exactamente o que aconteceu no caso apresentado: 60 reais em 1451 constituíam um maior valor real do que 100 reais em 1494.

A não coincidência entre os valores facial e real não é, todavia, o único obstáculo. Também aqui deparamos com as dificuldades inerentes à tipologia dos registos estudados. Na esmagadora maioria dos casos, as fontes apenas referem a nomenclatura geral de uma moeda, não a especificando, o que assume particular significado para períodos em que circulam espécies com o mesmo nome, mas de valores diferentes (como em finais do século XIV, inícios do século XV, quando circulavam reais de 10 soldos, reais de 3,5 libras e reais de prata) e para espécies cujo valor facial foi mutável (como o real branco, cuja equivalência em ceitis foi variando).

Registe-se, no entanto, uma vantagem no que diz respeito à resolução destes problemas: a existência de uma produção historiográfica de qualidade, muito graças aos contributos, primeiro, de A. Teixeira de Aragão e, mais recentemente, de Oliveira Marques e de Maria José Pimenta Ferro Tavares, a qual permitiu ultrapassar, com maior facilidade, a aridez inerente a muitos dos conceitos e problemas aduzidos pela história monetária⁹.

2. Opções e Metodologia

2.1. *Seleção de fontes e organização de dados*

Embora praticamente qualquer testemunho contabilístico tardo-medieval pudesse contribuir com mais um preço, atribuiu-se, à partida, uma maior importância a algumas tipologias bem específicas.

Desde logo, os livros municipais de receita e despesa, talvez a fonte mais rica no que respeita ao conhecimento de preços medievais. Em 1987, Iria Gonçalves colocava ao dispor da comunidade científica um conjunto de tabelas, contendo as verbas relativas aos códices portuenses de 1450-51, 1461-62, 1462-63, 1474-75, 1482-83, 1485-86, 1491-92, 1493-94 e 1496-97. Consideramos importante relembrar as suas palavras de introdução a esse precioso anexo, cujo modelo de organização foi para nós um exemplo a seguir: “Apresento-os sem outro intuito que não seja

⁹ A bibliografia correspondente pode ser consultada no ponto 2.3. do presente trabalho.

divulgar tais valores, na esperança de que um dia, apostos a muitos outros que entretanto venham sendo postos à disposição dos estudiosos, eles possam contribuir para o esclarecimento de mais algumas facetas do viver dos nossos antepassados medievais”¹⁰. Em 1985, José Marques dava a conhecer a única fonte deste género conhecida para o norte do Reino, mais precisamente o “*Livro de Joham Gonçallvez Carasco*”, procurador da vila transmontana de Mós de Moncorvo, do ano de 1439¹¹. Finalmente, em 1998, era a vez de Jorge Fonseca publicar um estudo sobre a vila alentejana de Montemor-o-Novo no século XV¹², onde se incluía a transcrição de dois importantes livros de receita e despesa, relativos aos exercícios de 1422-23 e 1499-1500¹³.

Os livros de vereações constituíram o segundo núcleo fundamental, dado, sobretudo, o seu registo de tabelamento de preços. Consultaram-se as seguintes vereações publicadas: vila de Loulé, dos anos de 1384-85, 1392, 1394-96, 1402-1404, 1408, 1468-69, 1481, 1487-88¹⁴ e 1496-97¹⁵; cidade do Porto, dos anos de 1390-95¹⁶, 1401-03, 1414, 1442-43, 1448-49¹⁷ e 1431-32¹⁸; vila de Sabonha, dos anos de

¹⁰ GONÇALVES – *As Finanças...*, p. 131.

¹¹ MARQUES, José – “A administração municipal de Mós de Moncorvo, em 1439”. In *Brigantia. Revista de Cultura*. Bragança: Assembleia Distrital, vol. V, n.º 2-3-4, Abril-Dezembro de 1985, p. 515-560.

¹² FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no Século XV*. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

¹³ Assim, e ainda que aproveitado um ou outro elemento recolhido na bibliografia, ficou a faltar a análise sistemática dos livros relativos aos municípios de Loulé (1375-76, 1381-82, 1403-04, 1412-15, 1419, 1423-25, 1450-51 e 1483) e Elvas (1432-35) e ao mosteiro de Alcobaça (1436-1441), os quais esperam transcrição.

¹⁴ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*. Coordenação de Manuel Pedro Serra e transcrição de Luís Miguel Duarte, João Alberto Machado e Maria Cristina Cunha. Separata da revista *Al’Ulyā*, n.º 7. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000.

¹⁵ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*. Coordenação de Manuel Pedro Serra e transcrição de Luís Miguel Duarte. Suplemento da revista *Al’ulyā*, n.º 10. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2004.

¹⁶ “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*. Transcrição de A. de Magalhães Basto. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. II. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, s.d.

¹⁷ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*. Transcrição de J. A. Pinto Ferreira. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XL. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1980.

¹⁸ «*Vereações*». *Anos 1431-1432. Livro 1*. Transcrição de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLIV. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1985.



1421-22¹⁹; vila de Montemor-o-Novo, dos anos de 1443 e 1483²⁰; vila de Vila do Conde, do ano de 1466²¹; vila do Funchal, dos anos de 1470-72, 1481-82 e 1485-96²² e cidade de Coimbra, do ano de 1491²³. Consultaram-se, igualmente, as vereações portuenses que permanecem inéditas no arquivo municipal da cidade do Porto, relativas aos anos de 1452-55, 1460-61, 1475-76, 1479-89 e 1494-98²⁴.

Além dos livros municipais de receita/despesa e de vereação, procedeu-se ainda ao levantamento de códices (desde logo, o afamado *Livro das Campainhas*²⁵) e colecções documentais (crónicas, cortes e chancelarias²⁶), cujas potencialidades são por demais conhecidas.

A bibliografia seleccionada, na qual assume particular importância o artigo de Mário Viana “Alguns Preços de Vinho em Portugal (Séculos XIV-XVI)”²⁷, permitiu, por sua vez, enriquecer significativamente o conjunto de preços de vinho apresentado em anexo²⁸.

¹⁹ *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*. Introdução, transcrição e notas de José Manuel Vargas. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005.

²⁰ FONSECA – *Montemor-o-Novo no Século XV*.

²¹ MARQUES, José – “A administração municipal de Vila do Conde, em 1466”. Separata da revista *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, fasc. 83-84. Braga, Janeiro-Dezembro de 1983.

²² *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*. Transcrição de José Pereira da Costa. Região Autónoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

²³ “O mais antigo livro de vereações – 1491”. Publicado por José Branquinho de Carvalho. *Arquivo Coimbrão*. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1954, p. 53-68.

²⁴ A.H.M.P., Livros 3.º (1412-13, 1452-55 e 1460-61) 4.º (1475-76, 1479-80, 1487 e 1480-85), 5.º (1485-88) e 6.º (1488-89, 1494-95 e 1497-98) de vereações. À espera de transcrição continuam, igualmente, alguns livros de actas da Ericeira (1480, 1484 e 1486) e o livro 4.º da vereação lisboeta, o qual contém actas a partir de 1495.

²⁵ *Livro das Campainhas (código da segunda metade do século XIV)*. Mosteiro de São Salvador de Grijó. Transcrição de Jorge de Alarcão e revisão do texto, índices e notas por Luís Carlos Amaral. Colecção “Documentos sobre Vila Nova de Gaia”, n.º 4. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

²⁶ Seleccionadas com base no conhecimento de dados informativos relevantes ou em virtude da importância económica e monetária de alguns reinados e consequentes repercussões na história dos preços. Saliente-se, neste âmbito, o testemunho das cortes ocorridas no governo de D. Fernando. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, volume I (1367-80). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990.

²⁷ VIANA, Mário – “Alguns preços de vinho em Portugal (séculos XIV-XVI)”. *Arquipélago – História*, 2.ª série, volume V, Ponta Delgada, 2001, p. 605-626.

²⁸ Por uma questão de economia de espaço, optou-se pela não indicação, em notas de rodapé, das fontes relativas aos preços apresentados, as quais podem ser consultadas no respectivo anexo.

2.2. Que abordagem face à indefinição da metrologia medieval?

Perante esta questão particularmente complexa e que se colocou insistentemente, teremos optado pela solução possível. Não existindo condições de base para realizar cálculos sistemáticos e pormenorizados ao nível, sobretudo, da especificidade regional, optou-se por uma abordagem de carácter geral que deixasse margem para que o cruzamento deste contributo com um futuro trabalho de fundo ao nível da metrologia medieval pudesse, esse sim, empreender tal perspectiva.

Assim, guiou-nos apenas a intenção de lançar bases para discussão futura e o cuidado de apreender correctamente as linhas de força dessa temática, como, por exemplo, o facto de as medidas de capacidade terem sido geralmente maiores no norte do Reino. Tal é a conclusão a que chega, em 1865, D. João da Soledade Moraes²⁹. Em 1903, Costa Lobo apresenta dados bastante semelhantes³⁰, os quais, por sua vez, são adoptados por Oliveira Marques no artigo “Pesos e Medidas” do *Dicionário de História de Portugal*³¹.

Quadro I. Equivalências, por região, do almude em litros

REGIÃO	ALMUDE	
	D. João da Soledade Moraes (1865) ³²	Costa Lobo (1903)
Alentejo	19,34	18
Algarve	20,45	20
Beira	24,22	26
Estremadura	17,74	18
Entre Douro e Minho	24,9	24
Trás-os-Montes	26,39	25
Açores	26,72	-
Madeira	18,59	-

Além da tabuada de D. João da Soledade Moraes, do trabalho de Costa Lobo e da síntese de Oliveira Marques, revelaram-se de grande utilidade a obra de Gama

²⁹ MORAES, D. João da Soledade – *Taboadas dos novos pesos e medidas dedicadas às escolas de instrução primária*. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, p. 9-11.

³⁰ LOBO – *História da Sociedade...*, p. 243-271.

³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Pesos e Medidas”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, vol. V, p. 67-72.

³² Tratam-se de médias realizadas com base em todos os valores concelhios apresentados pelo autor.



Barros³³ e, muito particularmente, o trabalho de Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI”³⁴, trabalho pouco divulgado, mas de grande valia e em que se dão a conhecer surpreendentes dados.

2.3. A questão monetária e a adopção de uma metodologia pouco divulgada

A primeira palavra terá de ser de homenagem a três historiadores, cuja investigação em história monetária permite que, pelo menos nessa área, a historiografia portuguesa se encontre num nível de desenvolvimento bastante apreciável. Referimo-nos, obviamente, a A. Teixeira de Aragão e à sua monumental *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*³⁵; à vasta produção de Maria José Ferro Pimenta Ferro Tavares, da qual salientamos o ensaio *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*³⁶ e a Oliveira Marques e à sua magnífica síntese corporizada no artigo “A Moeda Portuguesa Durante a Idade Média”³⁷.

Sem esquecer outros contributos³⁸, tem sido, de facto, a obra destes historiadores a construir a história monetária portuguesa e aquela que estruturou a metodologia por nós adoptada. Como vimos, a análise de cifras monetárias no tempo não pode ser realizada apenas com base na sua componente facial, mas sim acompanhada de um denominador comum. Para superar esta dificuldade foram já utilizados, além-fronteiras, dois processos: exprimir cada cifra em quantidade de ouro ou prata ou, então, colocar sobre o mesmo esquema semilogarítmico os valores nominais (primeira curva) e o curso do metal precioso tomado como referência

³³ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.ª ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, s.d., vol. X, p. 13-116.

³⁴ LOPES, Luís Seabra – “Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI”. *Portugália*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXIV, 2003, p. 113-164.

³⁵ ARAGÃO, A. C. Teixeira de – *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. 2.ª ed. Porto: Livraria Fernando Machado, vol. I, 1964.

³⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*. Lisboa, 1974. Mencione-se ainda, entre outros, o artigo “Subsídios para o estudo da história monetária do séc. XV (1448-1495)”. Separata da revista *Nvmmvs*, 2.ª série – volume IV/V/VI. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1981-83.

³⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – “A moeda Portuguesa durante a Idade Média”. In *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 195-220.

³⁸ A rever novamente o trabalho de Costa LOBO – *História da Sociedade...*, p. 243-271.

(segunda curva)³⁹. No entanto, se estes métodos não constituem, há muito, qualquer novidade e têm sido ferramenta frequente dos historiadores estrangeiros, já no que respeita ao nosso país a realidade não podia ser mais diferente. Até hoje, apenas temos conhecimento de Oliveira Marques ter adoptado, com profundidade, a referida metodologia. Relembramos a obra *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a Questão Cerealífera Durante a Idade Média*⁴⁰ e a análise sistemática do preço do trigo num período de dois séculos (XIV e XV)⁴¹.

Propomos a reutilização deste método, na vertente adoptada por Oliveira Marques de expressão dos valores faciais em g de prata (vertente escolhida em função de se conhecer muito melhor o curso do preço da prata e de ser um modelo de mais fácil leitura), desta feita aplicando-o ao preço do vinho. Para esse fim foi necessário reunir e cruzar o maior número possível de indicações relativas ao preço do marco de prata, fazer uma selecção criteriosa das mesmas e realizar um quadro síntese a partir do qual se desenrolassem os cálculos necessários. A grande maioria dos coeficientes adoptados acabou, sem surpresas, por coincidir com aqueles que o referido historiador já havia lançado em 1968, introduzindo-se apenas alguns aperfeiçoamentos tendo por base os trabalhos de Maria José Ferro Tavares e uma ou outra indicação extraída das fontes primárias.

A pouca divulgação deste método exige uma breve abordagem. Como se sabe, até à adopção do sistema métrico, o marco foi a unidade de peso a que se reportava a quantidade de metal precioso em todas as moedas cunhadas, marco que se manteve praticamente imutável no seu peso ao longo do período em estudo, ou seja, cerca de 230 gramas. Ora, conhecendo-se o preço deste, pode-se calcular a real valia da moeda, pelo menos de forma aproximada. Seguem-se dois exemplos, um para cada sistema de contagem adoptado em Portugal nos séculos XIV e XV: em libras até à reforma de D. Duarte de 1435-36 e, a partir daí, em reais brancos. Recuemos, por exemplo, até ao reinado de D. Pedro, um dos mais estáveis em termos monetários. Segundo Fernão Lopes, “no tempo deste Rei, valia o marco da prata de ligua dez e

³⁹ FOURQUIN, Guy – *História Económica do Ocidente Medieval*. 3.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 323.

⁴⁰ MARQUES – *Introdução à História...*, p. 220-222.

⁴¹ Oliveira Marques já havia utilizado essa metodologia, mas de forma pontual, na obra *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. 3.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974, p. 150, de modo a ilustrar a evolução, a largos períodos, do preço de alguns bens e salários. Também pontuais foram os exercícios de J. A. Pinto Ferreira (“Despesas efectuadas pelo município portuense por ocasião do baptizado do Infante D. Henrique”. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, vol. XXIII, fascs. 3-4, 1960) e de Armando Castro (*A Evolução Económica...*, vol. IX, 1970).



nove libras (...)”⁴². Ora, dividindo-se 230 g de prata, valor do marco, por 19 libras ou 380 soldos ou 4560 dinheiros, fica-se a saber que cada libra, soldo ou dinheiro valia, entre 1357-67, 12,11, 0,605 e 0,05 g de prata, respectivamente. Da mesma forma, em 1442, descobre-se, numa quitação régia, a indicação de “(...) a razom de sseteçentos rreaes por marco”⁴³. Ora, dividindo 230 g de prata por 700 reais brancos, chega-se a um valor de 0,329 g de prata para cada real branco.

Só com base nesta metodologia se poderá perceber a real evolução dos preços, sejam estes expressos na mesma moeda ou em espécies diferentes. Assim, sabendo-se que um almude de vinho, em Santarém, custou 20 reais em 1442 e 20 reais em 1478, não quer isto dizer que o valor do vinho tenha sido o mesmo nesses dois anos. Com a redução destes preços a g de prata, percebem-se as seguintes cifras: 6,58 g e 2,7 g, ou seja, na segunda data o vinho terá sido mais barato cerca de 59%.

Da mesma forma, e recordando agora um caso em que as quantias são expressas em espécies monetárias díspares, temos que o almude de vinho andava pelos 10 soldos em 1347 (**6,15**⁴⁴) e pelos 30 reais brancos (**3,03**) em 1486. A primeira imagem suscitada pelos valores faciais é completamente contrariada pelo mecanismo de equivalência em prata, o qual nos aponta um novo corte entre as duas datas superior a 50%.

Saliente-se, no entanto, que todos os cálculos produzidos não transportam consigo outra pretensão do que a de constituírem meros indicadores por aproximação, até pela impossibilidade de se atestar o grau de fidelidade dos registos coevos, a partir dos quais foram calculados os referidos coeficientes, à real evolução do preço do marco de prata.

Pelo exposto percebe-se como o preço do marco de prata é a fonte mais clara e singela para observarmos o processo de desvalorização ocorrido em Portugal nos séculos XIV e XV, processo que, todavia, pela sua dimensão⁴⁵, tem levantado ainda algumas dúvidas. Ora, tal deve-se ao facto de não se separar devidamente o processo de deflação monetária da lógica de mercado e estabelecimento de preços, a qual,

⁴² LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*. Introdução de Damião Peres. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d., p. 50.

⁴³ *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*. Transcrição de Pedro de Azevedo. Academia das Ciências de Lisboa, 1915, tomo I (1415-1450), p. 329.

⁴⁴ Todos os valores apresentados entre parêntesis correspondem às respectivas equivalências em gramas de prata.

⁴⁵ De 14 libras no reinado de D. Dinis, o marco de prata chegou a 80 850 libras nos últimos anos do século XV, como se pode verificar no Quadro II.

de uma forma quase natural, atenua, até certo ponto e como vimos nos exemplos anteriores, as mutações e quebras da moeda.

Refira-se, por fim, que, como todos os métodos, este tem as suas desvantagens, de entre as quais assume particular significado a inexistência de indicações sistemáticas sobre o preço da prata, o que faz com que, para certos períodos, se utilize apenas um coeficiente por aproximação. Neste caso, à medida que se forem conhecendo novos preços para o marco de prata, poder-se-ão preencher lacunas e corrigir certos cálculos aqui apresentados.

Quadro II. Evolução, aproximada, do preço do marco de prata de 11 dinheiros (1300-1499)

LIBRA (1300-1414) e REAL BRANCO (1415-99) COMO UNIDADE DE CONTA			
Ano/Período	Valor do marco (230 g)	g de prata por soldo e real	Fonte
1300 (?) – 1324	14 l.	0,821	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 167 e 378; MARQUES, <i>A moeda</i> : 207 e <i>O Surto</i> : 210
1325 (?) – 1352	18 l. e 14 s	0,615	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 171; TAVARES, <i>A moeda</i> : 276
1353 (?) – 1356	25 l.	0,46	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 171; MARQUES, <i>A moeda</i> : 208
1357 – 1368	19 l.	0,605	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 174; MARQUES, <i>A moeda</i> : 210-211
1369 (d. Mar. ou Jul.)	27 l.	0,426	MARQUES, <i>A moeda</i> : 211; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 276
1370	85 l. e 4 s.	0,135	MARQUES, <i>A moeda</i> : 211 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 20
1371 (d. Ago.)	76 l. (?)	0,151 (?)	MARQUES, <i>A moeda</i> : 212; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 23-24
1372 (d. Jul.) – 1383	22 l.	0,523	MARQUES, <i>A moeda</i> : 212 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 25-27
1384	36 l.	0,319	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213 e <i>O Surto</i> : 210
1385 (?)	66 l.	0,174	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213
1386-1387	155 l.	0,074	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213
1388-1390	172 l.	0,067	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1391	230 l.	0,05	TAVARES, <i>Estudos</i> : 127
1392-97	250 l.	0,046	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1398	315 l.	0,0365	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1399 – 1414 (?)	330 l.	0,035	MARQUES, <i>Introdução</i> : 221 e <i>A moeda</i> : 214
1415 – 1424	740 r.	0,31	MARQUES, <i>Introdução</i> : 221



LIBRA (1300-1414) e REAL BRANCO (1415-99) COMO UNIDADE DE CONTA			
Ano/Período	Valor do marco (230 g)	g de prata por soldo e real	Fonte
1426	800 r.	0,288	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 127
1429	715 a 720 r.	0,321	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1432	750 r.	0,307	TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1433	750 a 770 r.	0,303	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1434	700 r.	0,329	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1435	836 r.	0,275	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1436	700 a 720 r.	0,324	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1437	750 r.	0,307	TAVARES, <i>Estudos</i> : 128 e 132
1440	700 r.	0,329	TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1442	700 r.	0,329	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 329; TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1449 – 1450	1000 r.	0,23	MARQUES, <i>Introdução</i> : 222
1451	1100 r.	0,209	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 232 e 373; MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210
1457	1000 r.	0,23	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1460-61	1500 r.	0,153	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 230 e 232; MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210
1465	1600 r.	0,144	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1470	1515 r.	0,152	MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210;
1472	1896 r.	0,121	MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255
1476	1700 r.	0,135	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1480	2000 r.	0,115	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1485	2280 r.	0,101	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 243 e 394; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255
1489	2280 r.	0,101	<i>D. A. H. C. M. L.</i> , III: 286
1494	2285 r.	0,101	TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1495 – 1499	2310 r.	0,10	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255

3. O preço do vinho nos séculos XIV e XV

“O vinho era a principal bebida das populações medievais da Europa mediterrânica. De um modo geral, era acessível a todas as bolsas. Encontramo-lo quer na mesa do rico, quer na do pobre. De melhor qualidade na adega do aristocrata, menos bom nos lares mais modestos.”⁴⁶ O nível de acessibilidade ao consumo foi, todavia, caracterizado por uma aguda inconstância e oscilação baseada em curtos períodos cronológicos, frequentemente coincidentes com a qualidade das colheitas anuais, mas também com a tomada de decisões políticas e consequentes reflexos na frágil estabilidade monetária tardo-medieval.

3.1. Traços Evolutivos

Os primeiros preços recolhidos simbolizam, desde logo, os três cenários de mercado completamente distintos que o homem tardo-medieval conheceu: abundância, equilíbrio entre procura e oferta e aguda escassez. Assim, em 1311, registava-se um dos mais baixos preços de todo o século XIV, quando um almude podia ser adquirido por apenas 1 soldo e 8 dinheiros **(1,37)**. Decorridos 20 anos, o almude tinha subido para uma quantia média de 6 a 8,5 soldos **(3,69 a 5,23)** e, em 1333, atingia uns elevados 24 a 30 soldos **(14,76 a 18,45)**, espelhando um dos piores anos agrícolas da Baixa Idade Média: *“fuy taõ mao anno por todo Portugal, que (...) en esse año andou el almude do vinho vermelho a XXIIIJ. soldos, e lo blanco a XXX soldos por la medida Coimbrã”*⁴⁷. Saliente-se que apenas para três momentos foram detectadas quantias superiores a estas.

Decorridos sete anos, em 1340-41, o preço do vinho tinha já descido, em Évora, para cerca de 10 a 20 soldos **(6,15 a 12,3)**, valores que devem ter sofrido novos cortes nos anos imediatos: em 1347, registava-se um valor de 10 soldos **(6,15)** em Santarém e de 4,8 soldos **(2,95)**, no produtor, em Lisboa.

Síntese (1300-1349)

Representação Geográfica: Coimbra, Évora, Lisboa e Santarém;

Preço Máximo: 30 soldos (Coimbra – 1333): 18,45 g de prata;

Preço Mínimo: 1 soldo e 8 dinheiros (? – 1311): 1,37 g de prata;

Oscilação Máxima: 1247% / 17,08 g de prata;

Oscilação Facial: 1,37 a 30 soldos.

⁴⁶ BARROS, Amândio Jorge Morais – “«Por ser de sua lavra e cutelo»: questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média”. *Douro – Estudos & Documentos*, n.º 5, 1998, p. 49-50.

⁴⁷ *Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra*. “Provas da Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa”. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, L.ª, 1793, tomo I, livro III, p. 56.



Após uma mais do que provável subida de preços com a Peste Negra, período para o qual, infelizmente, não dispomos de dados, a deflação seguiu e acentuou-se em 1363 e 1365, com valores de 8 soldos **(4,84)** a serem conhecidos para Lisboa e Grijó. O mesmo não se pode afirmar para 1367. No ano da morte de D. Pedro I, a cidade de Santarém conheceu preços de 20 a 30 soldos **(12,1 a 18,15)**, quantias próximas dos patamares de 1333 e que representavam mais do dobro do que era pago nessa mesma cidade 20 anos antes. Com o início das aventuras militares fernandinas e todo o processo de desvalorização monetária, os preços não puderam, obviamente, descer. Não é de estranhar, portanto, que, nas cortes de Julho-Agosto de 1371, os procuradores do concelho de Almada considerassem uma quantia de 100 soldos **(13,5)** como valor médio para o almude de vinho.

Apenas o estabilizar da realidade político-económica podia conduzir ao regresso da deflação, o que se comprova quando, em 1379-80, um almude de vinho foi comercializado por 10 soldos **(5,23)** em Santarém e por 12 soldos **(6,28)** em Torres Vedras. Note-se como o preço escalabitano significava uma deflação superior a 50% face ao registado em 1367.

A grave crise de 1383-85 originou os maiores preços de que temos conhecimento. Em 1383, no mercado lisboeta, um almude de vinho rondou os 135,5 soldos **(70,87)** e, no ano seguinte, aquando do cerco castelhano, teria mesmo atingido uns ímpares 720 a 960 soldos **(229,68 a 306,24)**. Ainda que Fernão Lopes, no seu retrato da miríade de desgraças e misérias experimentada pela população sitiada, tivesse agravado um pouco o preço ao apontar a canada de vinho nas 3 e 4 libras **(19,14 e 25,52)**, é inquestionável o pico inflacionista então ocorrido. Também a cidade do Porto, à sua escala de preços, sentiu a carestia, como prova uma importância de 20 soldos por almude de vinho vermelho **(6,38)**.

Os anos de 1385 e 1387 parecem ter quebrado um pouco esta tendência, ao terem registado compras, em Santarém, de 24 soldos **(4,18)** e de 7,5 soldos **(0,56)** no produtor. O mesmo não se pode afirmar para 1389, ano em que, na mesma cidade, o almude teria subido para cerca de 155 soldos **(10,39)**.

A década de 1390, à excepção dos seus últimos anos, foi caracterizada por um maior apelo ao consumo. Com efeito, não temos conhecimento de preços superiores a 160 soldos **(7,36)**, cifra registada, em Lisboa, no ano de 1393. Ainda que elevada, esta quantia constituía menos 89,5% do que a verificada 10 anos antes. Mas, mais significativo, é, neste período, encontrar-se um dos preços mais baixos de todos os compilados, mais precisamente de 20 soldos **(0,92)**, em 1397, na cidade de Braga. A estes baixos valores não foi certamente estranho um período de menor

desvalorização monetária e uma maior estabilidade política, consequência, entre outros aspectos, da realização das tréguas luso-castelhanas de Maio de 1393.

A deflação não subsistiu por muito tempo, até porque em 1396 já se tinham iniciado novas escaramuças entre Portugal e Castela. Sem querer sobredimensionar o impacto da guerra na política monetária e de preços, nem subvalorizar outros factores, a verdade é que tal realidade conduziu a uma desvalorização monetária e esta, rapidamente, à inflação, a qual afectava essencialmente os principais bens de consumo. Em 1399, D. João I reconhecia o clima económico negativo, chegando a afirmar que *“ora os vinhos e as outras cousas estão em mayor vallia do que emtam estavam”*. Essa *“mayor vallia”* é, por sua vez, bem *“patente na taxação de vinte libras em cada tonel de vinho que entrava na cidade do Porto, quando havia um ano se pagava somente cinco libras”*⁴⁸.

Síntese (1350-1399)

Representação Geográfica: Almada, Beira, Braga, Bragança, Coimbra, Entre Douro e Minho, Évora, Grijó, Lisboa, Porto, Santarém e Torres Vedras;

Preço Máximo: 960 soldos (Lisboa – 1384): 306,24 g de prata;

Preço Mínimo: 20 soldos (Braga – 1397): 0,92 g de prata;

Oscilação Máxima: 33 187% / 305,32 g de prata;

Oscilação Facial: 20 a 960 soldos.

Do início do século XV ao final do reinado de D. João I é de crer que o preço do vinho tenha estabilizado em valores médios entre 3 e 7 g de prata⁴⁹, podendo-se, todavia, destacar certas colheitas profícuas e adivinhar anos de menor abastança.

⁴⁸ Cit. por TAVARES – *Estudos de História...*, p. 54.

⁴⁹ A ideia de moderação ocorrida no início do século XV é defendida por Maria Helena da Cruz Coelho para a região do Mondego. Segundo a autora, *“a tendência para a alta parece ter sido quebrada, ao dobrar do século, o que estaria conforme com a diminuição do interesse pela viticultura que então se fez sentir na nossa área e a recuperação de muitas terras de vinha para a cultura cerealífera”*. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*. Coimbra: Faculdade de Letras, volume I, 1983, p. 436.

A única excepção ocorre entre Setembro e Dezembro de 1419, altura em que um almude de vinho foi vendido, em Ceuta, por 480 reais (148,8 g). ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Reprodução facsimilada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Comissão Organizadora do Congresso Internacional “Bartolomeu Dias”, 1988, p. 476. Esta elevada quantia, apenas superada pela importância exigida na sitiada cidade de Lisboa de 1384 e que significava mais 3900% do que a praticada no mesmo ano em Paço de Sousa, é explicada pelo facto de, por esses meses, a cidade de Ceuta ter recebido a estadia dos infantes D. João e D. Henrique (sabe-se como os preços disparavam sempre que uma povoação medieval acolhia elementos da família real e outras dignidades), para além das dificuldades gerais de abastecimento daquela praça africana.



Começando pelas primeiras, registem-se os anos de 1401, 1404, 1406-07, 1416, 1419 e 1421-24, os quais permitiram detectar valores abaixo das 6 g de prata. Ao invés, os anos de 1402-03, 1409-10, 1412, 1428 e 1432 foram relativamente penalizadores, estabelecendo médias superiores a 7 g de prata. Em Maio de 1432, a vereação portuense *“e outros meirinhos e oficiaes e muito povoo junto. Acordarom todos veendo como este anno foy de pouco pam e vinho e cada dia alça e teem mentes de seer mais carro e ora alguus estrangeyros sam em esta cidade pera carregar vinhos o que he aazo de seer moor carrega”*⁵⁰. Este testemunho releva, igualmente, o agravamento do mercado sempre que havia especulação criada com a exportação do vinho para o estrangeiro⁵¹. Em 21 de Junho do mesmo ano, a vereação portuense voltava a manifestar a sua consciência face à má produção ocorrida naquele ano, desta feita para chegar a acordo acerca do arrendamento das entradas dos vinhos: *“e que porquanto este anno ouvera na terra mui pouco vinho em tanto que hi nom avia de que aver emtradas per que se podessem aver os dictos x mil Reaes (...)”*⁵².

Entre 1433 e 1437, o vinho deve ter embaratecido, já que, nas cortes de 1436, o povo alegava a D. Duarte que *“assy de pam como de vinho e eram emtam em mayor valia do que ora som”*⁵³. Segundo Maria José Ferro Tavares “é provável que o abaixamento dos preços indicado para o reinado eduardino esteja relacionado com uma época de melhor produção (...) e com um período de relativa estabilidade monetária”⁵⁴. Com efeito, “em fins de 1437, recebia em Florença o abade Gomes uma carta datada de Lisboa, de 20 de Dezembro, onde entre outras novas, se dizia haver no Reino muito pão e muito vinho”⁵⁵. Os valores disponíveis, referentes a 1435 e 1437, testemunham valores moderados de 6,6 e 5,53 g.

Este clima positivo não teve, mais uma vez, condições para perdurar. Em 1438-39, a Europa foi afectada por uma forte crise agrícola e, em Portugal, “as despesas com a desastrosa expedição a Tânger vieram, uma vez mais, pôr em perigo a sanidade

⁵⁰ «Vereações». 1431-32, p. 111

⁵¹ Maria da Helena Cruz Coelho sublinha esta mesma ideia: “De facto, o Livro curioso de Santa Cruz, ao dar o cadastro da granja da Cortiça, em Loures, anota: *“e comunalmente val hi o tonell do vinho quando XV libras quando XX quando XXV e mais sem (sic) em Lisbõa ouver saca de vinho pera Frandes”* (TT – Santa Cruz, liv. 94, fl. 157). Infelizmente (...) não poderemos precisar exactamente a que época se reportam estes preços. Eles atestam, porém, a saída de vinho para o estrangeiro e a especulação com o seu preço devido a essa mesma exportação”. COELHO – *O Baixo Mondego...*, vol. I, p. 436.

⁵² «Vereações». 1431-32, p. 124-125

⁵³ Cit. por TAVARES – *Estudos de História...*, p. 55.

⁵⁴ TAVARES – *Estudos de História...*, p. 55.

⁵⁵ Cit. por MARQUES – *Introdução à História...*, p. 269.

da moeda. A morte de D. Duarte e a crise da regência levaram a uma desvalorização (...). Os preços subiram imediatamente, a ponto que se tornou necessário lançar almotaçaria sobre a prata⁵⁶. O vinho acompanhou, de facto, esta tendência. Se, em 1437, a média de preços registada em Alcobaça era de 5,53 g, já em 1438-39 era de 8,47 g. O próprio preço de 18 reais **(5,53 a 5,92 g)**, praticado na vila transmontana de Mós de Moncorvo no ano económico de 1439-40, demonstra que também o norte do Reino não passou incólume a este período negro da história económica portuguesa, embora à escala de valores aí praticada. A crise reflectir-se-á nos anos imediatos, sobretudo em 1441, com a cidade de Santarém a registar uma quantia de 25 reais **(8,23)**; em 1442, com os mercados portuense e vimaranense a conhecerem o almude a 24 reais **(7,9)** e, em 1444, com um preço de 62 reais **(20,4)** a ser detectado para São Pedro de Ribas.

Síntese (1400-1449)

Representação Geográfica: Alcobaça, Coimbra, Entre Douro e Minho, Grijó, Guimarães, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo, Paço de Sousa, Porto, Santarém, São Pedro de Ribas, Torres Vedras e Vila Franca de Xira;

Preço Máximo: 62 reais (São Pedro de Ribas – 1444): 20,4 g de prata;

Preço Mínimo: 4,04 reais (Lisboa – 1416): 1,25 g de prata;

Oscilação Máxima: 1532% / 19,15 g de prata;

Oscilação Facial: 12 a 30 reais de 3,5 libras; 4,04 a 62 reais brancos⁵⁷.

A segunda metade do século XV manteve o vinho em patamares bastante elevados, parecendo, inclusive, ter sido palco de uma subida do valor médio do almude. Os anos de 1450-51, 1461, 1474-75, 1479 e 1482-83 foram, sem dúvida, os mais penalizadores e os que mais contribuíram para esse resultado, estabelecendo um encargo superior às 9 g de prata. Merece especial referência o ano de 1479, na medida em que, além de se atingirem os maiores preços **(14,58)**, estes foram registados na cidade do Porto e resultado de uma postura municipal que visava *“evitar a maior carestia que a sua grande falta causava”*⁵⁸. Nota ainda para o testemunho de Zurara, segundo o qual 1461 *“foi anno avondoso de pão, em pero de pouco vinho e azeite em muitas partes do Regno”*⁵⁹. Moderados terão sido os

⁵⁶ MARQUES – “A moeda portuguesa...”, p. 218.

⁵⁷ Encontrando-se, como vimos, um preço de 480 reais brancos, em Ceuta, em 1419.

⁵⁸ *Índice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade. Prefácio de J. A. Pinto Ferreira. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XX. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1951, p. 199.*

⁵⁹ Cit. por MARQUES – *Introdução à História...*, p. 274.



anos de 1454, 1464, 1466, 1477, 1485-86, 1488 e 1493-94, estabelecendo valores entre 6 e 9 g de prata. Finalmente, os anos de 1462, 1467, 1472, 1478, 1495 e 1499 parecem ter sido os mais convidativos ao consumo, oferecendo o vinho a um custo inferior a 6 g de prata.

Síntese (1450-1499)

Representação Geográfica: Batalha, Braga, Estremadura, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo, Porto, Santarém e Vila do Conde

Preço Máximo: 144 reais (Porto – 1482-83): 16,56 g de prata;

Preço Mínimo: 8 reais (Lisboa – 1495): 0,8 g de prata;

Oscilação Máxima: 1970% / 15,76 g de prata;

Oscilação Facial: 8 a 144 reais brancos.

Síntese (1300-1499)

Preço Máximo: 960 soldos (Lisboa – 1384): 306,24 g de prata;

Preço Mínimo: 8 reais (Lisboa – 1495): 0,8 g de prata⁶⁰;

Oscilação Máxima: 38 180% / 305,44 g de prata;

Oscilação Facial: 1 soldo e 8 dinheiros a 1000 soldos; 12 a 30 reais de 3,5 libras; 4,04 a 144 reais brancos⁶¹.

3.2. Diferenças Regionais

O exercício de comparação geográfica que se segue deve ser tido como meramente indicativo. Com efeito, embora se resumam as confrontações a anos específicos e se esbocem as equivalências métricas⁶², a impossibilidade de se perceber o grau de fidelidade destas, bem como os tipos de vinho em análise, torna impossível a realização de cálculos absolutos. Em todo o caso, estes obstáculos não perturbam a definição de imagens gerais de grande utilidade. Desde logo, que o vinho foi bastante mais caro no sul do reino e, particularmente, na cidade de Lisboa:

⁶⁰ Trata-se do menor preço registado para um almude, não se tomando em conta as diferenças métricas regionais. Realizando as devidas equivalências, o preço mais baixo passaria a ser de 20 soldos (0,92 g), em Braga, em 1397.

⁶¹ Encontrando-se um preço de 480 reais brancos, em Ceuta, em 1419.

⁶² Segundo as equivalências de 27,600 litros para o almude no Porto; 25 l em Mós de Moncorvo; 24,577 l no Funchal; 24 l em Braga; 23,255 l em Guimarães; 20 l em Alcobaça; 19,797 l em Loulé; 18,797 l em Montemor-o-Novo; 18,000 l em Almada; 17,102 l na Batalha; 16,950 l em Lisboa; 16,763 l em Santarém; 16,746 l em Coimbra e 16 l em Torres Vedras. MORAES – *Taboadas dos novos pesos...*, p. 9-11.

Quadro III. Comparação do Preço do Vinho Entre Lisboa, Porto, e Braga (1384-1475)

Data	Preço Almude / Litro – Lisboa	Preço Almude / Litro – Porto	Preço Almude / Litro – Braga
1384	720 a 960 s. / 42,48 a 56,64 s.	20 s. / 0,73 s.	–
1393	160 s. / 9,44 s.	72 a 144 s. / 2,61 a 5,22 s.	–
1402	28 rs. / 1,65 rs.	12 rs. / 0,43 rs.	–
1450-51	69,6 r. / 4,11 r.	60 r. / 2,17 r.	–
1461-62	20 r. / 1,18 r.	20 a 86,4 r. / 0,73 a 3,13 r.	–
1474-75	76,8 a 105,6 r. / 4,53 a 6,23 r.	60 a 100,8 r. / 2,17 a 3,65 r.	30 r. / 1,25 r.

Com efeito, ainda que não se tivesse em conta o facto de o almude lisboeta ter sido de menor capacidade, apenas por uma ocasião os preços praticados no Porto ou em Braga superariam os de Lisboa. Em todo o caso, a equivalência métrica oferece uma imagem mais condizente com a realidade. Não tomando em consideração o ano de 1384, cuja enorme diferença materializa a circunstância excepcional do cerco de Lisboa, a verdade é que as restantes datas oferecem diferenças percentuais entre 62% a 398%, prova inequívoca da maior carestia do vinho nessa cidade.

A ideia de que os vinhos foram, regra geral, mais caros no sul do reino não se baseia, todavia, apenas em comparações com a cidade de Lisboa, naturalmente possuidora de um mercado mais gravoso para o consumidor. Nesse sentido, sabemos que, em 1371-72, um almude de vinho importava pouco mais de 20 soldos nas comarcas de Entre Douro e Minho e da Beira e cerca de 100 soldos em Almada.

Em 1440, extraem-se preços de 12 reais por almude em Coimbra, 18 reais em Mós de Moncorvo e entre 12 a 25 reais em Alcobaça. Ao contrário do que estes valores parecem indicar, o vinho de Coimbra e Mós de Moncorvo terá sido praticamente vendido ao mesmo preço (0,72 reais por litro), sendo que este era sensivelmente menor do que o verificado em Alcobaça (0,6 a 1,25 r. l). Por sua vez, em 1442, um almude importou 24 reais no Porto e 20 reais em Santarém, imagem falaciosa na medida em que a justa equivalência aponta para 0,87 e 1,19 reais por litro.

Finalmente, em 1477, um almude custou 15 reais em Braga e 96 reais em Montemor-o-Novo, diferença que é acentuada severamente com os valores, por litro, de 0,63 e 5,11 reais, ou seja, pode-se supor que o vinho foi mais caro cerca de 700% na vila alentejana. Ora, este último dado não surpreende em virtude de a vila de Montemor-o-Novo ter sido palco, nesse ano, de cortes e, consequentemente, de um pico inflacionista.

Apenas uma hipótese de comparação não permite confirmar a tese da alta de preços nas comarcas do sul. Assim, em 1442, sabe-se ter um almude de vinho



importado 36 reais em Guimarães e 20 reais em Santarém, diferença que a equivalência metrológica apenas atenua para 1,55 e 1,19 reais por litro.

A coincidência cronológica de alguns valores permite, ainda, reduzir o espectro geográfico do nível de análise e esboçar algumas comparações intra-comarca. Assim, no Entre Douro e Minho, neste mesmo ano de 1442, um almude custou 36 reais em Guimarães e 24 reais no Porto ou 1,55 e 0,87 reais por litro. Por sua vez, em 1475, registaram-se preços de 30 reais em Braga e entre 60 a 100 reais no Porto ou, por litro, de 1,25 e de 2,17 a 3,6 reais. Para o centro e sul, disponibilizam-se os seguintes elementos: em 1379-80, um almude importou 10 soldos em Santarém e 12 soldos em Torres Vedras ou 0,6 e 0,75 reais; em 1422-24, 10 reais em Lisboa e entre 18,66 a 23,33 reais em Montemor-o-Novo ou 0,59 e 0,99 a 1,24 reais por litro e, em 1499, 40 reais na Batalha e entre 48 a 65 reais em Montemor-o-Novo ou 2,34 e 2,55 a 3,46 reais por litro.

Finaliza-se este ponto com um testemunho relativo à carestia que caracterizava o mercado funchalense na sua globalidade e que o preço do vinho não deixava de reflectir: em 1486, um almude importou 30 reais em Santarém e 72 reais no Funchal ou 1,79 e 2,93 reais por litro.

3.3. Vinhos Branco e Tinto – Diferenças de Preço

Dependendo da região produtora, do evoluir do gosto do consumidor e da qualidade das colheitas, a relação de preço entre os vinhos branco e tinto foi-se alterando. Os dados colhidos permitem conhecer os contornos exactos dessa relação para 18 momentos, entre 1333 e 1499, e para quatro espaços geográficos distintos, desde o Douro ao Baixo Alentejo, passando por Lisboa e Coimbra.

Quadro IV. Comparação do preço do vinho branco e tinto (almude) (1333-1499)

Data	Local	Preço do v. branco	Preço do v. tinto
1333	Coimbra	30 s.	24 s.
1340-41	Évora	c. 18 s.	c. 13 s.
1393	Porto	144 s.	72 s.
1401	Porto	60 l.	42 l.
1421	Lisboa (Pero Escouche)	11 r.	16 r.
1422	Lisboa (Pero Escouche)	10 r.	18 r.
1422	Montemor-o-Novo	18,66 r.	23,33 r.
1423	Lisboa (Pero Escouche)	10 r.	20 r.
1424	Lisboa (Pero Escouche)	10 r.	16 r.

Data	Local	Preço do v. branco	Preço do v. tinto
1442	Porto	24 r.	48 r.
1474-75	Porto	86,4 e 96 r.	72 r.
1475	Lisboa	76,8 r.	96 a 105,6 r.
1477	Montemor-o-Novo	96 r.	96 r.
1479	Porto	120 r.	96 r.
1485-86	Porto	96 r.	84 r.
1488	Porto	96 r.	72 r.
1493-94	Porto	100 r.	70 r.
1499	Montemor-o-Novo	56 e 57 r.	48 e 65 r.

Assim, em 1333, na cidade de Coimbra, o almude de branco custava mais 25% do que o almude de tinto; em 1340-41, em Évora, a diferença subia para cerca de 38% e, em 1393, no Porto e seu termo, para os 100%. Decorridos oito anos, nesta mesma cidade, a diferença tinha diminuído para 43%.

Correspondem aos anos de 1421-24 as primeiras indicações que desvalorizam o vinho branco face ao tinto. Assim, nos anos de 1421, 1422, 1423 e 1424, na região de Lisboa (Pero Escouche), o tinto foi sistematicamente mais caro, chegando a custar o dobro do branco. Da mesma forma, em 1422, na vila de Montemor-o-Novo, um almude de “vermelho” encontrava-se avaliado em mais 25%. O único registo disponível para o norte do Reino, nesta primeira metade do século XV, mantém a imagem de carestia do vinho tinto: em 1442, na cidade do Porto, este era avaliado pelo dobro do preço do vinho branco. O próprio “vermelho” de fora da terra era tabelado em mais um real do que o vinho branco.

Os anos de 1474-75 suscitam um cenário curioso, na medida em que demonstram um mercado portuense a valorizar o vinho branco entre 20% a 33,33% e, inversamente, um mercado lisboeta a valorizar o vinho tinto entre 25% a 37,5%. Já em 1477, na vila de Montemor-o-Novo, a nota é de equilíbrio, com o quartilho das duas qualidades a ser vendido ao mesmo preço: “*a dous o vermelho / nom val mais o branco*”⁶³.

As próximas quantias, respeitantes à cidade do Porto, confirmam a valorização do vinho branco, já verificada em 1474-75: 25% em 1479; 14,3%⁶⁴ em 1485-86; 33,33% em 1488 e 42,9% em 1493-94. O caderno de contas da gestão municipal

⁶³ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Nova edição. Introdução e notas de Andrée Crabbé Rocha. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, tomo I, 1973, p. 158.

⁶⁴ Percentagem obtida apenas pela comparação do preço das canadas de vinho branco e tinto.



portuense de 1485-86 permite ainda saber que um almude de branco (75 reais) ficou 2/3 mais caro do que um almude de vinho vermelho de Mesão Frio (45 reais).

Finalmente, no último ano do século XV, em Montemor-o-Novo, as duas qualidades eram vendidas por quantias muito idênticas, por vezes até pelo mesmo preço: o quartilho de ambas chegou a ser negociado a 8 ceitis.

Embora escassos, os preços e cálculos apresentados começam a desenhar algumas imagens, nomeadamente a da disparidade entre os mercados do Porto e de Lisboa. Com efeito, se, no primeiro, apenas por uma ocasião o vinho branco não foi mais caro (1442), já no segundo este foi sistematicamente mais barato. É possível também situar os níveis de valorização do vinho branco e tinto, respectivamente, entre 14,3% e 100% e entre 25% e 100%.

3.4. O Vinho e Outros Bens – Escalas de Preços

Esboçar algumas escalas de preços constitui exercício interessante e útil para avaliar o valor do vinho no conjunto de outros bens e salários coevos. Assim, e tomando apenas em consideração preços relativos a um mesmo ano e espaço geográfico, obtêm-se as seguintes equivalências para o valor médio do almude de vinho:

- **1340/41 – Évora (15 reais):** 13 coelhos; 7 pergaminhos; 4 patos; 3 galinhas; 2,8 mãos de papel; 1,3 arrobas de carne de vaca; 0,8 carneiros e 0,3 porcos // Cerca de 5 dias de trabalho de um trabalhador agrícola; 2 dias de trabalho de um mestre pedreiro ou carpinteiro e aluguer de uma besta de carga por 3 dias⁶⁵.
- **1384 – Lisboa (42 libras):** 840 ovos; 21 alqueires de milho; 21 galinhas; 10,5 alqueires de trigo; 7,6 “pequenas postas de porco” e 0,6 bois⁶⁶.
- **1394 – Braga (45 soldos):** 3 alqueires de milho; 2,6 alqueires de centeio; 0,9 alqueires de trigo e 0,8 pergaminhos⁶⁷.

⁶⁵ SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, SILVA, Fernando Vieira da e MONTEIRO, Nuno – “O «Livro das Despesas do Prioste» do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)”. *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, n.º 9, 1982, p. 91-99. Segundo os autores, uma mão de papel equivalia a 25 folhas.

⁶⁶ Trata-se de uma escala de valores extraordinária, em resultado do cerco da cidade de Lisboa. LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, volume I. Introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d., p. 306-307.

⁶⁷ COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2 volumes. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959, 2.ª adenda, p. 6.

- **1422/23 – Montemor-o-Novo (21 reais):** 200 fartéis; 8,4 alqueires de cal; 5,3 ferraduras cavaleares com seus cravos; 3 pergaminhos; 2,6 arráteis de cera; 1,5 arrobas de soromenhos e 1,2 mãos de papel // 1,4 dias de trabalho de um mesteiral e 2,1% do vencimento anual do escrivão da câmara local⁶⁸.
- **1442 – Guimarães (36 reais):** 6 varas de bragal; 6 cabritos; 3,6 varas de burel; 1,9 mantões; 1,2 marrãs; 1 espádua de porco; 1 vara de pano de Irlanda; 0,9 sobrepelizes; 0,7 capelos; 0,6 gibões e 0,1 capas // 6 dias de trabalho de um homem de cava (jornaleiro); 3 dias de trabalho de carroto com bois e 1,8 missas⁶⁹.
- **1450/51 – Porto (60 reais – branco):** 429 pregos tabuais; 13,3 alqueires de cal; 9 pescadas; 8,6 varas de bragal; 8 pergaminhos; 7,1 varas de pano de linho; 6 queijos; 6 mãos de papel; 6 pares de luvas de homem; 3,8 sáveis; 3,8 pares de sapatos de mulher; 2 carneiros e 0,2 capas de homem // 2,8 dias de trabalho de um mestre carpinteiro ou pedreiro e 2% do vencimento anual do escrivão da câmara local⁷⁰.
- **1461/62 – Porto (83 reais – branco):** 553 pregos tabuais; 15 alqueires de cal; 13,8 galinhas; 11,4 alqueires de milho; 8 patos; 6,9 queijos; 5,7 mãos de papel; 5,5 carros de ramos de árvores; 4,9 pergaminhos; 3,8 sáveis; 3,5 pares de sapatos de homem; 2 canadas de tinta para escrita; 2 arrobas de pez; 1,8 carneiros; 1,5 cestos de cerejas e 0,6 arrobas de ferro // 2,8 dias de trabalho de um mestre carpinteiro ou pedreiro e 2,77% do vencimento anual do escrivão da câmara local ⁷¹.
- **1477 – Braga (15 reais):** 3 alqueires de milho; 1,9 alqueires de centeio e 1,3 alqueires de trigo⁷².
- **1477 – Montemor-o-Novo (96 reais):** 13,7 alqueires de farelos; 10,7 cargas de lenha (de asno); 9,6 coelhos; 9,6 ferraduras sem cravos; 7,4 alqueires de cevada; 4,8 galinhas; 4 patos e 2,7 pares de sapatos⁷³.
- **1493/94 – Porto (100 reais – branco):** 267 ovos; 14,3 alqueires de cal; 10 galinhas; 5 mãos de papel; 4,5 queijos; 4,2 canadas de azeite; 2,8 alqueires

⁶⁸ FONSECA – *Montemor-o-Novo no Século XV*.

⁶⁹ MARQUES, José – “Património e Rendas da Colegiada de Guimarães, em 1442”. Separata das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães: [s. n.], vol. II, 1981, p. 213-237.

⁷⁰ GONÇALVES – *As Finanças...*, p. 134-161.

⁷¹ GONÇALVES – *As Finanças...*, p. 134-161.

⁷² COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, volume I, p. 279.

⁷³ FONSECA – *Montemor-o-Novo no Século XV*.



de trigo; 2,2 canadas de manteiga; 2 carneiros; 1,3 libras de cera lavrada; 1,3 gamelas de tripas; 1,2 livros de vereações; 1 arrâtel de incenso e 1 par de borzequins // 2 dias de trabalho de um mestre pedreiro e cerca de 3,3% do vencimento anual do escrivão da câmara local⁷⁴.

- **1499 – Montemor-o-Novo (56,5 reais):** 153 telhas; 113 pepinos; 85 pregos tabuais; 28 alqueires de cal; 21 arrâteis de carne de vaca; 4,7 coelhos; 1,9 galinhas; 1,9 queijos; 2,8 púcaros de manteiga; 2,8 mãos de papel; 2,3 cadeiras; 1,6 alqueires de farinha; 1,4 canadas de tinta para escrita; 1,1 canastras de ameixa rainha; 0,6 carneiros e 0,6 alqueires de azeite // 1,9% do vencimento anual do escrivão da câmara local⁷⁵.

Estas equivalências permitem, desde já, alguns apontamentos curiosos, nomeadamente no que respeita à componente salarial. Assim, é possível afirmar que o valor de um almude de vinho terá correspondido, grosso modo, ao pagamento de 1,4 a 2,8 dias de trabalho de um mesteiral, de 3 a 6 dias de um trabalhador agrícola e de 1,9 a 3,3% do vencimento anual de um escrivão municipal.

4. Conclusão

É tempo de terminar. Neste trabalho procurámos perceber os principais obstáculos que dificultam o estudo dos preços medievais e recordar alguns caminhos no sentido da sua resolução. O recurso à equivalência dos valores faciais em g de prata surge, nesse âmbito, como o instrumento mais capaz no sentido de permitir efectivas comparações de preços relativos a tempos diversos.

Ambicionámos, igualmente, ter contribuído para um melhor conhecimento do preço do vinho nos séculos XIV e XV: a sua evolução, as diferenças regionais (com os mercados do sul do reino a serem mais gravosos para o consumidor, nomeadamente o de Lisboa), a relação de custo entre os vinhos branco e tinto e o valor destes quando comparado com outros bens.

A descoberta de novos preços conduzirá, certamente, à correcção e aperfeiçoamento das linhas gerais aqui esboçadas. Espera-se que assim suceda e que a investigação se mostre sensível à importância deste tema.

⁷⁴ GONÇALVES – *As Finanças...*, p. 134-161.

⁷⁵ FONSECA – *Montemor-o-Novo no Século XV*.

Anexo

ALMUDE ⁷⁶					
Data	Tipo ⁷⁷	Localidade/Região	Preço ⁷⁸	Prata (g)	Fonte ⁷⁹
1311	-	-	1 s. 8 d.	1,37	"Alguns preços": 608
1331	-	Lisboa (?)	6 e 8,5 s.	3,69 e 5,23	"O Surto Urbano": 218 ⁸⁰
1333	T B	Coimbra	24 s. 30 s.	14,76 18,45	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 435
1340-41	T B	Évora	10 a 16 s. 16 a 20 s.	6,15 a 9,84 9,84 a 12,3	"O Livro das Despesas": 94
1347	-	Santarém	10 s.	6,15	"Alguns preços": 608
1347	V	Lisboa (Frielas)	4,8 s. ⁸¹	2,95	"Alguns preços": 608
1363	-	Lisboa	8 s.	4,84	"Alguns preços": 608
1365	-	Grijó	8 s. ⁸²	4,84	<i>Livro das Campanhas</i> : 78
1367	-	Santarém	20 a 30 s.	12,1 a 18,15	"Alguns preços": 608
1368	-	Santarém	6 a 8 s. ⁸³	3,63 a 4,84	"Alguns preços": 608
1371	-	Almada	100 s.	13,5	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 68
1372	-	Entre Douro e Minho Beira	+ 20 s.	+ 3,02	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 115
1379-80	-	Santarém	10 s.	5,23	"Alguns preços": 608
1379-80	-	Torres Vedras	12 s.	6,28	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 435-36
1383	-	Lisboa	135,5 s. ⁸⁴	70,87	<i>Docs. AHCM</i> , I: 369 ⁸⁵

⁷⁶ Com base nas seguintes equivalências: 1 tonel igual a 1,7 moios, 2 pipas, 4 quartos, 50 almudes, 600 canadas e 2400 quartilhos.

⁷⁷ B = Branco; T = Tinto; V = Vermelho.

⁷⁸ Expressos em diversas moedas de conta e correntes, cujas siglas adoptadas foram as seguintes: libras (l.), soldos (s.), dinheiros (d.), reais de 10 soldos ou de 3,5 libras (rs.), reais brancos (r.) e coroas (c.).

⁷⁹ As indicações da fonte dizem respeito à página da publicação donde foi extraído o elemento monetário e não ao documento original.

⁸⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – "O Surto Urbano, a Moeda e os Preços". In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, IV volume. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 181-219.

⁸¹ Com base no preço de 12 libras por tonel no produtor.

⁸² Com base no preço de 20 libras por tonel.

⁸³ Danado.

⁸⁴ Com base no preço de 300 libras por tonel no produtor (acrescido de 38,6 libras de provável lucro do comerciante).

⁸⁵ *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, volume I, 1957.

ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1384	V	Porto	20 s. ⁸⁶	6,38	"Vereações". Anos de 1390-1395: 403
1384	-	Lisboa	36 a 48 l. ⁸⁷	229,68 a 306,24	Crónica de D. João I, I: 306
1385	-	Santarém	24 s. ⁸⁸	4,18	"Alguns preços": 608
1387	-	Santarém	7,5 s. ⁸⁹	0,56	"Alguns preços": 608
1387-1400	-	Lisboa	20 a 50 l. ⁹⁰	14 a 74	"Alguns preços": 608
1389	-	Santarém	156,25 s. ⁹¹	10,47	"Alguns preços": 608
1391	-	Lisboa	128 s. ⁹²	6,4	"Alguns preços": 608
1392-93	⁹³	Porto	72 s.	3,31	"Vereações". Anos de 1390-1395: 169
1393	V B	Porto e seu termo	72 s. ⁹⁴ 144 s. ⁹⁵	3,31 6,62	"Vereações". Anos de 1390-1395: 215
1393	-	Lisboa	160 s. ⁹⁶	7,36	"Alguns preços": 609
1394	-	Braga	40 e 50 s.	1,84 e 2,3	O Bispo D. Pedro (2. ^a adenda): 6
1396	-	Bragança	60 s.	2,76	"Alguns preços": 609
1397	-	Braga	20 s.	0,92	A Arquidiocese: 932
1399	-	Santarém	31,25 l. ⁹⁷	3,12	"Alguns preços": 609
1400	-	Santarém	2 frangos	-	"Alguns preços": 609
1401	V B	Porto	42 l. ⁹⁸ 60 l. ⁹⁹	4,2 6	"Vereações". Anos de 1401-1449: 47
1402	-	Lisboa	28 rs. ¹⁰⁰	9,8	"Alguns preços": 609

⁸⁶ Com base no preço de 50 libras por tonel.

⁸⁷ Com base no preço de 60 a 80 soldos por canada.

⁸⁸ Com base no preço de 60 libras por tonel.

⁸⁹ Com base no preço de 12 libras por moio no produtor.

⁹⁰ Com base no preço de 1000 a 2500 libras por tonel.

⁹¹ Com base no preço de 50 libras da moeda antiga por moio e equivalendo a libra antiga a 5 libras novas. TAVARES – *Estudos de História...*, p. 39.

⁹² Com base no preço de 320 libras por tonel.

⁹³ Todo o vinho vendido em barcas sobre a água.

⁹⁴ Com base no preço de 6 soldos por canada.

⁹⁵ Com base no preço de 12 soldos por canada.

⁹⁶ Com base no preço de 400 libras por tonel.

⁹⁷ Com base no preço de 1000 libras por moio.

⁹⁸ Com base no preço de 3,5 libras por canada.

⁹⁹ Com base no preço de 5 libras por canada.

¹⁰⁰ Com base no preço de 700 reais por pipa.

ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1402	-	Porto	42 l. ¹⁰¹	4,2	"Vereações". Anos de 1401-1449: 108
1403	-	Vila Franca de Xira	120 l. ¹⁰²	12	"Alguns preços": 609
1404	-	Santarém	50 e 60 l.	5 e 6	"Alguns preços": 609
1406	-	Coimbra	16 rs.	5,6	O Baixo Mondego, I: 434
1407	-	Coimbra	18,5 rs. ¹⁰³	6,48	O Baixo Mondego, I: 434
1407	-	Loulé	17 rs.	5,95	"Alguns preços": 609
1409	-	Torres Vedras	23,33 rs.	8,17	"Alguns preços": 609
1410	-	Santarém	30 rs.	10,5	"Alguns preços": 609
1412	-	Santarém	24 rs.	8,4	"Alguns preços": 609
1416	-	Lisboa	4,04 r. ¹⁰⁴	1,25	"Alguns preços": 610
1419	B	Paço de Sousa	12 r. ¹⁰⁵	3,72	"Alguns preços": 610
1419	-	Ceuta	480 r. ¹⁰⁶	148,8	Crónica do Conde Dom Pedro: 476
1421	-	Coimbra	10,6 r.	3,29	O Baixo Mondego, I: 434
1421-24	B T	Lisboa (Pero Escouche)	10 e 11 r. ¹⁰⁷ 16, 18 e 20 r. ¹⁰⁸	3,1 e 3,41 4,96, 5,58 e 6,2	"Alguns preços": 610
1422-23	B V	Montemor-o-Novo	18,66 r. 23,33 r.	5,78 7,23	Montemor-o-Novo: 159-160
1428	V	Porto	24 r. ¹⁰⁹	6,91	Índice Chronologico: 133
1435	B	Alcobaça	24 r. ¹¹⁰	6,6	"Alguns preços": 610
1437	-	Alcobaça	12 e 24 r.	3,68 e 7,37	"Alguns preços": 610
1438-39	¹¹¹ - B	Alcobaça	3 r. 6 ¹¹² a 36 r. 19,2 a 24 r.	0,92 1,84 a 11,05 5,89 a 7,37	"Alguns preços": 610-611

¹⁰¹ Com base no preço de 3,5 libras por canada.

¹⁰² Com base no preço de 6000 libras por tonel.

¹⁰³ Com base no preço de 7000 libras por 2 tonéis de 54 almudes cada.

¹⁰⁴ Com base no preço de 141400 libras por 20 tonéis.

¹⁰⁵ Com base no preço de 6 maravedis e 11 soldos por pipa e equivalendo o maravedi a 27 soldos. ARAGÃO – Descrição..., p. 171.

¹⁰⁶ Com base no preço de 40 reais por canada.

¹⁰⁷ Com base nos preços de 500 e 550 reais por tonel.

¹⁰⁸ Com base nos preços de 200 reais por 1/4 de tonel e 400, 450 e 500 reais por meio tonel.

¹⁰⁹ Com base no preço de 2 reais a canada.

¹¹⁰ Com base no preço de 2 reais por canada.

¹¹¹ Mau.

¹¹² O preço de 6 reais resultante da arrematação a Garcia Peres das vinhas das cubas do relego de Santa Catarina.



ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1439-40	-	Mós de Moncorvo	18 r.	5,53 a 5,92	"A adm. mun. de Mós": 549
1440	-	Alcobaça	12, 13 e 25 r. ¹¹³	3,95, 4,28 e 8,23	"Alguns preços": 611
1440	-	Coimbra	12 r.	3,95	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 434
1441	-	Santarém	25 r.	8,23	"Alguns preços": 611
1442	B V ¹¹⁴ T	Porto	24 r. ¹¹⁵ 36 r. ¹¹⁶ 48 r. ¹¹⁷	7,9 11,84 15,79	"Vereações". <i>Anos de 1401-1449</i> : 197
1442	-	Guimarães	36 r.	11,84	"Património e Rendas": 230
1442	-	Santarém	20 r.	6,58	"Alguns preços": 611
1444	-	São Pedro de Ribas	62 r.	20,4	"Alguns preços": 611
1445	-	Santarém	20 r.	6,58	"Alguns preços": 611
1446	-	Santarém	20 r. ¹¹⁸	6,58	"Alguns preços": 611
1448	-	Santarém	16 r. ¹¹⁹	5,26	"Alguns preços": 611
1450-51	B	Porto	60 r. ¹²⁰	12,54 a 13,8	<i>As Finanças</i> : 136
1451	-	Lisboa	69,6 r. ¹²¹	14,55	<i>Documentos das Ch. Reais</i> , II: 345
1454	-	Estremadura	30 a 50 r. ¹²²	6,27 a 10,45	<i>História da Sociedade</i> : 549
1454	-	Lisboa	30 a 60 r. ¹²³	6,27 a 12,54	<i>Hansa</i> : 122 ¹²⁴
1457	¹²⁵	Lisboa	0,71 c. ¹²⁶	?	"Alguns preços": 611

¹¹³ O preço de 12 reais com base no preço de 600 reais por tonel.

¹¹⁴ "ho vermelho de fora da terra o melhor".

¹¹⁵ Com base no preço de 2 reais por canada.

¹¹⁶ Com base no preço de 3 reais por canada.

¹¹⁷ Com base no preço de 4 reais por canada.

¹¹⁸ Com base no preço de 1000 reais por tonel.

¹¹⁹ Com base no preço de 800 reais por tonel.

¹²⁰ Com base no preço de 5 reais por canada. Um pichel de vinho custou 10, 15 e 20 reais.

¹²¹ Com base no preço de 30138 reais por 8 tonéis e 33 almudes.

¹²² Com base nos preços de 750 a 1250 reais por pipa.

¹²³ Com base no preço de 1500 a 3000 reais por tonel.

¹²⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. Dissertação de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1959.

¹²⁵ De "bastardo e simprez do Algarve".

¹²⁶ Com base no preço de 17,85 coroas por pipa. É duvidosa a espécie monetária em causa e respectiva equivalência em reais.

ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1461-62	- B	Porto	62,4 e 86,4 r. ¹²⁷ 80 e 86,4 r. ¹²⁸	9,55 e 13,22 12,24 e 13,22	<i>As Finanças</i> : 136;
1462	-	Porto	20 r.	3,06	"O Surto Urbano": 218
1462	-	Lisboa	20 r.	3,06	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1464	-	Lisboa	40 r. ¹²⁹	6,12	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1466	-	Vila do Conde	48 r. ¹³⁰	6,91	"A administração": 90
1467	-	Santarém	20 r.	2,88	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1472	-	-	20 r.	2,42	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1474-75	- V B	Porto	60 e 100,8 r. ¹³¹ 72 r. 86,4 e 96 r. ¹³²	7,26 e 12,2 8,71 10,45 e 11,62	<i>As Finanças</i> : 136
1475	-	Braga	30 r.	3,63	<i>A Arquidiocese</i> : 433 e 475 ¹³³
1475	V B	Lisboa	96 e 105,6 r. ¹³⁴ 76,8 r. ¹³⁵	11,62 e 12,78 9,29	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1477	-	Braga	15 r.	2,03	<i>O Bispo D. Pedro</i> , I: 279
1477	V e B	Montemor-o-Novo	96 r. ¹³⁶	12,96	<i>Cancioneiro Geral</i> : 158
1478	I	Santarém	20 r.	2,7	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1479	T B	Porto	96 r. ¹³⁷ 120 r. ¹³⁸	12,96 16,2	<i>Índice Chronologico</i> : 199
1482-83	- B	Porto	96 e 144 r. ¹³⁹ 120 r. ¹⁴⁰	11,04 e 16,56 13,8	<i>As Finanças</i> : 136

¹²⁷ Com base nos preços de 5,2 e 7,2 reais por canada.

¹²⁸ O preço de 86,4 reais com base no preço de 7,2 reais por canada.

¹²⁹ Com base no preço de 2000 reais por tonel.

¹³⁰ Com base no preço de 4 reais por canada.

¹³¹ Com base nos preços de 5 e 8,4 reais por canada.

¹³² Com base nos preços de 7,2 e 8 reais por canada.

¹³³ MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

¹³⁴ Com base nos preços de 8 e 8,8 reais por canada.

¹³⁵ Com base nos preços de 6,4 reais por canada.

¹³⁶ Com base no preço de 2 reais por quartilho.

¹³⁷ Com base no preço de 8 reais por canada.

¹³⁸ Com base no preço de 10 reais por canada.

¹³⁹ Com base nos preços de 8 e 12 reais por canada.

¹⁴⁰ Com base no preço de 10 reais por canada.



ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1485-86	V ¹⁴¹ V B	Porto	45 r. 84 r. ¹⁴² 75 e 96 r. ¹⁴³	4,6 8,48 7,58 e 9,7	<i>As Finanças</i> : 136
1486	-	Funchal	72 r. ¹⁴⁴	7,27	<i>Vereações do Funchal</i> : 174
1486	-	Santarém	30 r.	3,03	<i>"Alguns preços"</i> : 613
1488	T B	Porto	72 r. ¹⁴⁵ 96 r. ¹⁴⁶	7,27 9,7	<i>"Alguns preços"</i> : 613
1491-92	B	Porto	64 r.	6,46	<i>As Finanças</i> : 136
1493-94	V B	Porto	70 r. 100 r.	7,07 10,1	<i>As Finanças</i> : 136
1495	-	Lisboa	8 r. ¹⁴⁷	0,8	<i>Hansa</i> : 122
1499	-	Batalha	40 r. ¹⁴⁸	4	<i>"Alguns preços"</i> : 613
1499	V B	Montemor-o-Novo	48 e 65 r. 56 e 57 r.	4,8 e 6,5 5,6 e 5,7	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180 e 182

¹⁴¹ De Mesão Frio.

¹⁴² Com base no preço de 7 reais por canada.

¹⁴³ O preço de 96 reais com base no preço de 8 reais por canada.

¹⁴⁴ Com base no preço de 1800 reais por pipa.

¹⁴⁵ Com base no preço de 6 reais por canada.

¹⁴⁶ Com base no preço de 8 reais por canada.

¹⁴⁷ Com base no preço de 400 reais por tonel.

¹⁴⁸ Com base no preço de 2000 reais por tonel.

